



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

**GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação**

Pôster

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS EGRESSOS  
NA ÁREA JURÍDICA: A BUSCA PELA COMPETÊNCIA<sup>1</sup>**

***BEHAVIOR OF INFORMATIONAL EGRESS  
THE LEGAL AREA: THE SEARCH FOR RACING***

**Eliane Maria da Silva Jovanovich, UEL**  
emsjovanovich@uel.br

**Linete Bartalo, UEL**  
linete@uel.br

**Resumo:** Apresenta os resultados de uma pesquisa com o objetivo de verificar o comportamento dos egressos do curso de pós-graduação em Direito, quanto à capacidade de identificar a necessidade, o processo de busca e uso das informações para a sua aprendizagem e desenvolvimento de atividades profissionais. Um questionário foi aplicado a 55 participantes com base nos padrões de competência informacional para o ensino superior, criados em 2000 pela Association of College and Research Libraries (ACRL). Os resultados demonstraram como os advogados se comportam diante de situações no processo informacional. As variáveis pesquisadas foram a *avaliação e uso da informação*, o *nível de consciência das necessidades informacionais* e a *busca da informação*. As médias obtidas apontaram para uma frequência de comportamento considerada de alta intensidade, sugerindo que estes participantes dominam as atividades de *avaliação e uso da informação*. A variável obtenção da informação apresentou uma frequência de intensidade menor, classificada como moderada. Esse grupo especializado na área jurídica possui habilidades para identificar suas necessidades informacionais, avaliar as informações e efetuar o processo de busca e uso das informações, porém ainda existe certa dificuldade em obtê-las.

**Palavras-chave:** Comportamento informacional. Competência informacional. Informação jurídica.

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

**Abstract:** Presents the results of a survey in order to verify the behavior of graduate school graduates in law, as the ability to identify the need, the process of search and use of information for their learning and development of professional activities. A questionnaire applied to 55 participants based on information literacy standards for higher education, created in 2000 by the Association of College and Research Libraries (ACRL). The results showed as lawyers behave in situations in the information process. The variables studied were the assessment and use of information, the level of awareness of the informational needs and the pursuit of information. The averages indicated a high intensity considered behavior frequency, suggesting that these participants dominate the evaluation activities and use of information. The variable obtaining the information presented a less intense frequency, rated moderate. This group specialized in the legal field has skills to identify their information needs, evaluate the information and make the process of search and use of information, but there is still some difficulty in obtaining them.

**Keywords:** Information behavior. Information Literacy. Legal information.

## 1 INTRODUÇÃO

O comportamento informacional envolve as atividades de busca, compreensão, processamento cognitivo, uso e transferência da informação. As pessoas motivadas a buscar novos conhecimentos, são levadas por uma necessidade, por um desejo, pelo prazer ou em alguns casos pelo simples fato de quererem estar informadas. O comportamento informacional é objeto de estudo multidisciplinar e a partir do momento em que o indivíduo identifica suas próprias necessidades de informação ele inicia um processo de busca que poderá satisfazer a necessidade que a gerou

Na concepção de Wilson (1999, p.249) “O comportamento informacional humano é objeto de estudo multidisciplinar, focado pela Psicologia, Administração, Ciências da Saúde, Comunicação e Ciência da Informação, entre outras áreas”.

Pelo fato de ser bibliotecária da Biblioteca Setorial do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (BSEAAJ) surgiu à motivação com a finalidade de conhecer o comportamento informacional dos advogados para desenvolverem suas pesquisas e desenvolverem seus trabalhos, seja no ambiente acadêmico, ou no ambiente profissional, seja como advogado ou como os demais operadores do Direito<sup>2</sup> que para atuar profissionalmente necessitam de informações precisas o tempo todo para elaborar peças processuais, recursos, mandados de segurança ou julgar processos, e quanto mais capacitados estiverem, melhor êxito terão.

Os advogados precisam de respostas para suas questões o tempo todo, e precisam de respostas confiáveis, o que nos leva a indagar: Como será o comportamento informacional dos alunos que estão na pós-graduação?

---

<sup>2</sup> Advogados, juízes, promotores de justiça, delegados, magistrados, legisladores, doutrinadores.

O objetivo desta pesquisa foi analisar o comportamento informacional dos discentes do Curso de Pós Graduação em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Estadual de Londrina para verificar suas necessidades informacionais, a forma com que planejam e praticam suas buscas por informação, bem como quais recursos utilizam como fontes informacionais, quais fontes utilizam na internet e como as avaliam e quais são as mais utilizadas.

## **2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS ADVOGADOS**

A era da informação alterou o comportamento social dando origem a indivíduos com comportamento informacional gerado por esta nova sociedade do conhecimento. Conforme relata Choo (2003), estudar o comportamento das pessoas na busca e no uso da informação é algo que acontece desde a década de 1950 e o desenvolvimento de habilidades para o uso da informação tem um grande impacto no desempenho do estudante, pois fortalece sua capacidade de acessar, selecionar, avaliar e incorporar a informação.

Segundo a Declaração de Maceió (2011, p.1), “[...] vivemos em uma sociedade mediada pela informação, porém, os recursos para seu acesso, uso, avaliação e comunicação são insuficientes para atender às demandas da cidadania”. Diante desse contexto, Coelho (2011, p.172) considera que

[...] já não é possível sobreviver na sociedade pautada na informação e no conhecimento, que exige o aprendizado ao longo da vida, sem estar preparado adequadamente para encontrar a informação, quer ela seja proveniente de computador, livro, biblioteca, agência governamental, filme ou qualquer outro recurso possível, e saber utilizá-la adequadamente.

As necessidades de informação dependem de alguns aspectos, entre eles, as atividades profissionais, disciplinas, área de interesse, disponibilidade de infra-estrutura informacional, as necessidades de tomada de decisão, a busca por novas idéias, etc. Diante dessas afirmações, Marchiori (2006), faz alguns questionamentos que são cruciais sobre a busca e o efetivo uso da informação, por exemplo: porque as pessoas buscam por informação? Quais as suas necessidades informacionais? Como irão usar a informação?

É sabido que a informação extrapola qualquer limite físico, está disponível nos mais diversos formatos e suportes e principalmente na internet, onde pode ser acessada infinitamente, independente da sua localização geográfica.

A Association of College and Research Libraries (2000, p. 2) por meio dos cinco padrões de competência informacional propõe que para uma pessoa ser considerada competente em informação, deve ser capaz de

Determinar a extensão de sua necessidade informacional; Acessar a informação de que precisa efetiva e eficientemente; Avaliar as informações e suas fontes criticamente; Incorporar a informação selecionada a sua base de conhecimentos; Usar a informação eficazmente para cumprir um propósito específico; Entender os problemas e questões econômicas, legais e sociais que se relacionam com o uso da informação e acessar e usar a informação ética e legalmente.

A particularidade da informação jurídica atua fortemente nos ambientes jurídicos, é uma informação consistente, de credibilidade e de mudança contínua, em alguns casos, de valor e urgência momentâneas, pois é a base para a tomada de várias decisões por parte dos operadores do Direito. Diferente das demais informações, a informação jurídica é composta por três diferentes fontes: a Legislação, a Doutrina e a Jurisprudência. Ela “pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência)” (PASSOS e BARROS, 2009, p. 94).

Miranda (2004, p. 138) destaca que “A informação jurídica é elemento imprescindível para que se alcancem os objetivos no âmbito jurídico”. Silva (2010, p.32), define informação jurídica como “todo e qualquer conhecimento produzido pelo homem, com o intuito de fundamentar as atividades profissionais desenvolvidas pelos operadores do Direito”.

Em 1988, Bresnick evidenciou as necessidades informacionais dos advogados, ressaltando que elas são recorrentes. Eles trabalham com um universo muito grande de informações, que envolve diversos assuntos das mais diversas áreas. Eles necessitam de informações encontradas não somente em fontes primárias e secundárias de recursos legais, mas também em grande quantidade de outras fontes, como bases de dados que cubram assuntos relacionados ao meio ambiente, por exemplo, à segurança, assuntos técnicos e científicos variados.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os participantes desta pesquisa foram os alunos egressos do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Estadual de Londrina - UEL, num total de 64 estudantes. Estavam presentes no momento da aplicação do instrumento 55

egressos, eles responderam ao questionário que posteriormente os dados coletados foram tabulados e analisados.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário elaborado com base nos objetivos da pesquisa, focando o perfil dos participantes, a necessidade, a busca e o uso da informação e foi aplicado presencialmente. As respostas obtidas foram tabuladas utilizando-se o software Excel e calculadas suas porcentagens.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Todos os participantes são graduados em Direito, por ser um requisito do curso. Cinquenta e quatro já fizeram o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e 48 foram aprovados. Podemos inferir que a maioria dos pesquisados já fizeram o Exame da Ordem por ser um primeiro requisito exigido após a graduação. Fazem sua primeira pós graduação 80% dos participantes, enquanto 20% estão no segundo e até terceiro curso de especialização. Dentre os pesquisados, a atividade predominante é a advocacia, 62% atuam como advogados e os demais estão trabalhando em outras áreas. A maioria dos participantes é do sexo feminino (55) e a idade variou entre 22 e 53 anos.

Os resultados revelaram que os participantes possuem um alto grau de consciência das suas necessidades informacionais, seja para as pesquisa acadêmica ou para estruturar seus trabalhos acadêmicos, não se pode descartar que as necessidades informacionais dos advogados sofrem variações de acordo com o perfil e a natureza dos trabalhos que desenvolvem. Com relação à *busca da informação*, e mais especificamente às atividades de informar-se e interagir, os participantes buscam informações primeiramente em acervos particulares, sejam os próprios ou de colegas, o que é totalmente comum para a área jurídica.

Outro recurso que utilizam na busca pela informação são as bases de dados jurídicas na internet, pois hoje a recuperação de informação dá-se na maioria das vezes por intermédio dos motores de busca existentes, em bases de dados, o que requer maior domínio da tecnologia para acessar e obter informações. Constata-se, que os participantes são independentes pelo fato de não solicitarem ajuda de funcionários quando utilizam especificamente a biblioteca. No entanto, relatam que as orientações recebidas no processo de busca da informação são insatisfatórias e como praticam frequentemente o ato de pesquisar, estão aptos a buscar as informações que precisam. Os advogados procuram sempre elaborar estratégias de busca e seleção dos materiais visando obter resultados que forneçam subsídios eficazes para alcançar seus objetivos nas questões informacionais. Este fato aponta para que

eles têm consciência de como devem desenvolver as estratégia de busca para obterem, com sucesso, a informação desejada. Nesse sentido, este resultado poderá subsidiar futuros estudos ou intervenções que porventura venham a ser realizadas.

As respostas obtidas com relação à variável *Avaliação das Fontes de Informação* permitem inferir que a confiabilidade, a qualidade e a credibilidade são os quesitos mais importantes para os participantes, pois as fontes de informação jurídica desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento das ações do advogado. Diante de várias informações, o advogado analisa, avalia e usa a informação de melhor qualidade, ele é autônomo na obtenção das informações necessárias para satisfazer suas necessidades.

Os advogados utilizam os sites jurídicos para buscar informações exclusivamente para elaborar seus trabalhos acadêmicos. O site do Superior Tribunal de Justiça foi citado por 37% dos participantes, o site do Supremo Tribunal Federal foi lembrado por 31% dos pesquisados, por serem sites confiáveis. Outros dois sites que também foram lembrados são o da JusBrasil e o JusNavegandi.

Sobre os sites mais utilizados na busca de informação para a elaboração de processos, petições e demais documentos de trabalho os mais citados foram o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal representando (49%). O buscador Google foi lembrado por 35% dos pesquisados na busca por informações por arrolar um vasto universo de informações. Para desenvolverem seus trabalhos acadêmicos, os resultados mostraram que os advogados utilizam com maior frequência o buscador Google, que foi citado por 61% dos pesquisados.

#### **4 CONCLUSÃO**

O comportamento informacional norteia as atividades individuais, principalmente na vida acadêmica e profissional. Assim que uma necessidade informacional se instale, o processo a ser seguido na busca das informações para supri-la e como será o uso dessas informações são os elementos presentes na sociedade da informação. Os advogados necessitam de informações o tempo todo, justamente pelo tipo de atividade que exercem, pois as informações se desatualizam com muita rapidez, o que requer competência para buscar, localizar e usar as informações atualizadas e de qualidade.

É importante ressaltar que o fato das informações estarem disponíveis na internet não significa que são confiáveis e o buscador Google por mais “eficiente” que seja deve sempre ser questionado com olhar criterioso quanto aos seus resultados de pesquisa, é sempre importante averiguar de onde as informações estão sendo retiradas. Considera-se que, de

modo geral, a população estudada é competente informacional, consegue identificar suas necessidades por informação, proceder à busca, avaliar as informações e suas fontes criticamente além de incorporar a informação selecionada ampliando seus conhecimentos.

Espera-se que esse estudo para a área jurídica possa servir de aporte para bibliotecários e demais profissionais que atuam em unidades jurídicas, bibliotecas, escritórios, colaborando na metodologia de capacitação de seus usuários, bem como motivar novas pesquisas. Hoje os estudos de comportamento informacional não têm mais o objetivo de “melhorar” os sistemas de informação e os responsáveis devem promover estudos dirigidos aos usuários com o foco na capacitação e com o objetivo de torná-los autônomos no processo de busca, acesso e uso da informação.

## REFERENCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information Literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/ilcomstan.html> . Acesso em: 23 julho 2015.

BRESNICK, D. The lawyer as information manager. **Legal Studies Forum**, v. 12, n. 3, p. 275-284, 1988.

CHOO, C. W. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação. In: **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 3ed. São Paulo : Senac, 2003. p. 61-116.

COELHO, M. M. Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.170-196, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/408/281>>. Acesso em: 21 julho 2015.

DECLARAÇÃO DE MACEIÓ. **DECLARAÇÃO DE MACEIÓ SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO**. Maceió, 2011. Disponível em: [http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/formulario1\\_4](http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/formulario1_4)>. Acesso em: 20 julho 2015.

MARCHIORI, P. Z. De “O Nome da Rosa” ao “O código da Vinci” verdade, mentira, autoritarismo e individualismo na disseminação da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 41-55, 2006. Disponível em: <http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=101&layout=abstract>. Acesso em: 12 ago 2015.

MIRANDA, A. C. C. de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (org). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para**

**pesquisa em Direito.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009

SILVA, M. V. da. **O comportamento informacional de advogados:** um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, London, v. 55, n. 3, p. 249-270, June 1999. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/papers/1999JDoc.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.